



## DISCURSO PARA SESSÃO PARLAMENTAR SOBRE MEDIDAS ECONÓMICAS

### MPCM em representação do Primeiro-Ministro

(tal como apresentado na sessão)

20 de outubro de 2020

### INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2020, o nosso país enfrentou desafios históricos e sem precedentes. Entrámos no ano sob restrições orçamentais muito limitadoras. Previa-se que estas restrições travassem a nossa economia, levando-nos para outro período de crescimento económico negativo. Fomos confrontados com desastres naturais e um impasse político extraordinário. Em fevereiro, a COVID-19 foi declarada uma pandemia internacional. No final de março, tivemos o nosso primeiro caso.

Ao revermos esta situação, temos de voltar atrás no tempo. Temos de resistir à tendência de fazer retrospectivas, de avaliar o que aconteceu de março a maio com aquilo que sabemos agora, com a informação que temos depois de ocorridos os factos. Neste momento em que falamos aqui, Timor-Leste é um dos únicos 23 países sem mortes por COVID. Destes 23 países, somos o segundo maior em termos de população. Durante o desenvolvimento da nossa resposta, os nossos políticos puseram de lado as suas diferenças. Os nossos cidadãos seguiram as regras. Lavaram as mãos, usaram máscaras e mantiveram a distância social. Neste momento em que falamos aqui, os nossos cidadãos, em geral, puderam já retomar a sua vida normalmente. Para colocarmos esta conquista em perspetiva, vejamos outros países, ricos e pobres, a sofrer com esta pandemia, enfrentando um aumento do número de mortos, e a sofrer com repetidos confinamentos e lutas políticas. Esse era o cenário que muitos esperavam também aqui; é por isso que muitos parceiros de desenvolvimento e embaixadas evacuaram os seus cidadãos e o seu pessoal. Olhando para trás, devemos também relembrar as projeções económicas desse momento, o discurso sobre depressão e colapso económicos.

Voltemos de novo a abril. Se nesse momento tivéssemos visto onde estamos agora, sem mortes, com a vida diária praticamente de volta ao normal em maio ou junho, não teríamos todos considerado que foi um tremendo sucesso?

Permitam-me que vos apresente agora os pormenores dos impactos negativos que se esperavam nessa altura e compará-los com aquilo que realmente veio a acontecer. No início da pandemia, a comunidade internacional (INFORM Global Risk Index) previu que Timor-Leste iria ter dificuldades principalmente em termos de saúde e economicamente, e os números indicavam que Timor-Leste teria os segundos níveis mais elevados de risco em toda a região. As discussões internacionais nessa altura também sugeriam que as medidas estatais poderiam levar a custos (humanos) mais elevados do que a própria doença – especialmente em países em desenvolvimento como Timor-Leste. Registaram-se níveis muito elevados de incerteza, em março e abril, devido ao choque sanitário, que resultaria em eventos catastróficos, com o número de mortes estimado entre as 390 e as 11.700. O pior dos cenários previa a morte de quase 12.000 pessoas. Além disso, os resultados negativos esperados para a economia em 2020, com um cenário de previsão pessimista para Timor-Leste, com uma queda acentuada do crescimento do PIB, em -9,3% (Banco Mundial, abril de 2020) para o resto do ano.

O que importa agora é que salvámos vidas – o que, por si só, é a mais substancial conquista política, porque colocámos as pessoas em primeiro lugar, e garantimos que os rendimentos de cada um estavam protegidos. Juntamente com a nossa aposta na proteção da vida das pessoas, lidámos também com o impacto económico, priorizando medidas de proteção dos direitos económicos e sociais.

As últimas projeções internacionais estimam agora que a economia timorense contraia cerca de 6,8% em 2020, uma significativa revisão em alta, face à previsão de queda de 9,3%. Isto deve-se, provavelmente, às medidas de estabilização que mitigaram os impactos mais severos da COVID-19. A revisão em alta da previsão sugere que o pior pode ter acabado por agora, mas nada é certo ainda, até que a pandemia diminua globalmente.

No entanto, há três ressalvas fundamentais para estas projeções. Primeiro, ainda há muita incerteza sobre a COVID-19. Ainda assim, estamos bem focados, e as medidas de recuperação que o governo irá lançar provavelmente ajudarão a atenuar o impacto nas empresas e na vida das pessoas. Em segundo lugar, a aprovação do orçamento geral do Estado para 2020 vai abrir e estimular a despesa pública, que vai apoiar de forma significativa as medidas económicas e sanitárias, e melhorar os nossos resultados fiscais e as oportunidades para uma economia em crescimento e próspera. Em terceiro lugar, estamos a avançar para um aumento do PIB no terceiro trimestre de 2020, uma vez que as atividades estão a normalizar mais rapidamente do que o esperado.

Vamos avançar, ainda que modestamente, para o rumo da atividade económica previsto antes da



pandemia para o período 2020-2025 (ver figura), o que sugere que é possível que os efeitos da pandemia na atividade económica durem muito para além do fim das medidas de contenção do governo, prevendo-se que o PIB recupere lentamente. Mesmo depois de os riscos para a saúde diminuírem, a economia vai demorar um pouco mais de tempo a voltar rapidamente aos níveis do PIB pré-vírus, embora mais cedo ou mais tarde se vá

chegar lá. As projeções internacionais esperam que a taxa projetada de crescimento de Timor-Leste cresça para 3,1 % (Banco Mundial), 3,3% (Banco Asiático de Desenvolvimento) ou 4% (FMI) em 2021, o que é suficiente para recuperar os níveis de atividade de 2019 (3,9%). A recuperação projetada para 2021 é mais forte do que os níveis em 2018 (-0,8%), 2017 (-3,8%), 2016 (3,4%) e 2015 (3,1%). É

importante notar que todos os mercados emergentes e economias em desenvolvimento deverão contrair-se este ano, nomeadamente a Tailândia em -8%, as Filipinas em -7,3%, Singapura em -6,2%, e a Malásia -5%, e espera-se, ainda assim, que estes estejam entre os melhores desempenhos no mundo. Espera-se que os resultados sejam piores em muitas outras partes do mundo. A revisão em alta das previsões de crescimento para Timor-Leste revela que a intervenção do Governo tem ido na direção certa.

Apesar de não existirem atualmente casos de COVID-19 em Timor-Leste, é de esperar que as famílias sem atividade reduzam o seu consumo e que as empresas também se mantenham cautelosas e atrasem ainda mais as decisões de investimento. Com este padrão de recuperação, que os economistas chamam de recuperação "em forma de U" ("*U-shaped*") ou "em forma de Swoosh" ("*Swoosh-shaped*"), espera-se que a economia responda mais lentamente, mesmo que o governo tenha começado a levantar as restrições. No entanto, a recessão está a revelar-se menos severa do que o esperado, uma vez que a normalização económica e as nossas medidas orçamentais estão a potenciar o crescimento económico.

Este relato dá-nos uma imagem da extensão da deslocação económica que ocorreu assim que a COVID-19 atingiu Timor-Leste, ainda que a recessão induzida pelo coronavírus seja, esperamos nós, leve, e de pareça se de curta duração, com a atividade a cair no segundo trimestre, mas com uma recuperação esperada a partir de agosto e setembro, à medida que a economia reabre.

Para o contexto, é importante salientar que, sem medidas ou mesmo com uma resposta tardia e suave por parte do governo, a perda humana e os doentes da COVID-19 teriam afetado gravemente as famílias, a sociedade e a economia, ao mesmo tempo que teriam aumentado negativamente os níveis de pobreza e desigualdade dos rendimentos. Conseguimos controlar uma "tempestade perfeita" (sem orçamento geral do Estado, com desastres naturais e com a COVID-19) e o choque económico mais profundo da nossa história desde a independência, devido à ação política ousada e, sobretudo, a um forte consenso político.

## RESPOSTA À COVID-19

Num muito curto espaço de tempo, o Governo mobilizou \$US 91,7 milhões de dólares para implementar 19 medidas de resposta económica diversificadas. Semanas após a declaração do Estado de Emergência, foi criado um centro de emergência de crise; foi criado um mecanismo de financiamento da resposta; as medidas foram concebidas, ativamente debatidas e acordadas. A legislação subsidiária entrou em vigor a uma velocidade vertiginosa. Na altura, o país estava a agir com base no princípio de responder bem e agir de forma responsável, não de responder na perfeição. Perfeição em tal ambiente não é nem era possível. Todos os partidos políticos, incluindo a oposição, colocaram firmemente o interesse da nação à frente do interesse dos partidos. Os timorenses, em todos os estratos da sociedade, uniram-se.

Poucos dias depois da declaração do estado de emergência, os subsídios à eletricidade estavam a ser aplicados e a água estava a ser fornecida gratuitamente. Nessa altura, os nossos armazéns de abastecimentos alimentares de emergência estavam vazios. Apesar dos colapsos significativos das cadeias de abastecimento a nível internacional, trabalhamos com sucesso com o sector privado para evitar a rutura dos canais de abastecimento em Timor-Leste, mantendo as condições de mercado dos preços dos alimentos básicos, de forma a satisfazer as necessidades de segurança alimentar da nossa população. Apesar do medo, os preços dos alimentos mantiveram-se estáveis. E, mais tarde, conseguimos importar 30.000 toneladas de arroz do Vietname, como medida de contingência para fortalecer as nossas reservas alimentares nacionais. A projeção das reservas nacionais por parte do Governo foi adequada, dada a situação da oferta e da procura. Durante este período, mantivemos a

nossa conectividade internacional através de Darwin. Os voos continuaram a transportar pessoal médico essencial e mantimentos. A peça central da nossa resposta foi a transferência universal de dinheiro. A logística desta medida foi extremamente complexa. A intervenção foi desenhada de raiz. Registámos as famílias em todos os sucos; desenvolvemos procedimentos operacionais; mobilizámos a segurança e os transportes; e os fundos foram transferidos para todas as agências municipais do BNCTL. Em aproximadamente dois meses, cada agregado familiar começou a receber o seu apoio em dinheiro. Para garantir a produção alimentar, o Ministério da Agricultura e Pescas distribuiu milhões de dólares de fatores de produção agrícolas. Os estudantes retidos no estrangeiro foram registados e apoiados financeiramente, outro exercício que necessitou de uma tremenda iniciativa logística.

Naturalmente que algumas medidas se revelaram desafiantes. Atrasámo-nos na criação de programas de apoio ao crédito através do nosso sistema bancário, e o subsídio salarial revelou-se especialmente difícil de implementar.

Com certeza que a nossa resposta não foi perfeita. Mas, usando uma visão geral e afastada, passámos do nada, de um pedaço de papel em branco, de uma situação em que praticamente não havia recursos financeiros, para um debate saudável e depois um acordo generalizado sobre o que fazer, para a mobilização de fundos, e para a implementação de um leque diversificado de medidas de apoio económico, num tempo de pandemia e de medo, tudo implementado através de um labirinto de Ministérios, agências e estruturas de emergência.

Percorremos um longo caminho na aprendizagem de que, para além de conter a perda de vidas, a intervenção governamental na saúde pública e na economia pode suavizar significativamente os resultados económicos e custos no consumo provocados pela COVID-19. É provável que tenhamos conseguido "achatar a curva de recessão". Parece que o nosso pacote de 19 medidas económicas ajudou a apoiar as famílias e as empresas, que evitámos parcialmente uma recessão massiva, que levado o ano a terminar com uma queda de -9,3% do PIB.

Logo em agosto de 2020, o Fundo COVID-19 atribuiu um orçamento de \$US 91.716.636 (noventa e um milhões, setecentos e dezasseis mil, 636 dólares americanos), dos quais \$US 88.274.151 foram gastos com o estímulo económico (88,3%).

Embora ainda subsistam desafios, Timor-Leste tem-se portado muito bem em termos de saúde e economia. Devemos ser considerados uma história de sucesso internacional na forma como o nosso país lidou e reagiu à crise. Hoje a vida em Timor-Leste praticamente voltou ao normal. Não é assim na Europa. Não é assim na América do Norte. Não é assim na América do Sul. E, infelizmente, não é assim no sudeste asiático e em muitas partes da Ásia.

Sobre a Execução Orçamental, ver o Apêndice.

## A RECUPERAÇÃO

Foi aprovado um plano de recuperação económica, com enfoque na agricultura, turismo, habitação, educação, saúde, proteção social e reforma institucional. O plano combina 71 medidas de curto e médio prazo, a implementar pelo VIII Governo Constitucional até 2023.

O plano é organizado em duas fases: uma primeira fase, com o objetivo de mitigar os impactos da COVID-19, através de respostas de curto prazo (principalmente no segundo semestre de 2020), e uma segunda fase, com medidas de médio prazo, destinadas à recuperação económica (abrangendo um período de 2-3 anos). A primeira fase foca-se em evitar a perda de postos de trabalho, apoiar as famílias e impedir o encerramento de empresas – tendo em vista a manutenção dos níveis de consumo e os

padrões de vida. As medidas de curto prazo incluem a disponibilização de uma cesta básica de bens (ou vouchers) no valor de 25 dólares por pessoa (utilizando o registo dos agregados), um subsídio de recuperação de quatro meses para empresas que tenham registado perdas de receitas e isenções de pagamento das contribuições para a segurança social.

A segunda fase procura responder aos desafios causados pela pandemia, mas também às fraquezas estruturais. Esta fase abrange várias áreas:

- **Agricultura** (e pequena agroindústria). O foco está no café (através de um subsídio de apoio à renovação das plantações), bem como no sândalo e na teca. Para o futuro, o Governo prevê a implementação de uma política de substituição de importações (parcial), nomeadamente para o arroz.
- **Turismo**. O objetivo é criar uma empresa estatal para dinamizar o setor, melhorar o ensino e a formação profissionais, reabilitar infraestruturas (como residências de ex-administradores e estradas rurais) e promover o ecoturismo (combinando alojamento com plantações de café ou arroz).
- **Habituação**. O plano visa implementar um programa de habitação social gerido pelo Instituto Nacional de Segurança Social ou por uma nova instituição, bem como alcançar a disponibilização universal de saneamento básico, água e eletricidade em todo o país.
- **Educação**. O objetivo é aumentar a proporção do Orçamento do Estado atribuído ao setor, alargar o número de escolas CAFE – bem como a rede de escolas secundárias, do pré-escolar e de centros de formação profissional – e promover a manutenção e recuperação de edifícios escolares.
- **Saúde**. O objetivo é aumentar os gastos recorrentes para melhorar a qualidade dos serviços de saúde, reforçar o apoio financeiro e técnico a programas-chave (como a saúde familiar, a saúde escolar e a saúde ocupacional), investir em infraestruturas e melhorar a formação de pessoal de saúde.
- **Proteção social**. O objetivo é criar mecanismos de pagamento alternativos (para evitar o uso de dinheiro e reduzir custos), expandir a cobertura da 'Bolsa da Mãe'; aumentar a proteção (por exemplo, por morte, no regime não contributivo), implementar programas ativos de emprego e avaliar a viabilidade de um rendimento básico universal.
- **Aspetos institucionais**. A intenção é aprovar toda a legislação relativa a questões de terras, elaborar e aprovar legislação empresarial (como um regime de falências), melhorar o funcionamento dos tribunais e reformar a administração pública.
- **Instalação de fibra ótica**. O objetivo é o lançamento de fibra ótica pelo país, com o apoio de um cabo submarino que ligue Timor-Leste ao resto do mundo.
- **Fontes de energia renováveis, sustentáveis e alternativas**. O plano visa promover fontes de energia renováveis – nomeadamente, solar, hídrica e eólica.

## SECÇÃO FINAL: LONGO PRAZO

A pandemia ofereceu uma importante oportunidade de aprendizagem. A força do nosso povo e a nossa unidade nacional brilharam. Mas também os desafios que continuam a confrontar-nos. As nossas prioridades políticas vão alargar os objetivos económicos mais amplos do Programa do VIII Governo

Constitucional, a fim de construir uma trajetória de crescimento sustentável mais forte e de um desenvolvimento equitativo.

Em primeiro lugar, a nossa política macroeconómica será mais favorável ao desenvolvimento de sectores produtivos (agricultura, turismo, petróleo e minerais e manufatura), promoção do investimento do sector privado e reforço da nossa sustentabilidade fiscal e indústria financeira, de acordo com a secção 5.1 do nosso programa de Governo. Isto significa também que vamos revitalizar a forma como a política macroeconómica apoia o desenvolvimento das infraestruturas, do emprego dos jovens e da construção de recursos humanos e da capacidade das nossas instituições públicas.

Em segundo lugar, as políticas serão reforçadas e usadas para garantir a implementação de ações e estratégias para um crescimento sustentável e um desenvolvimento equitativo em todo o país. Isto implica as seguintes prioridades imperativas, relativas ao Programa do Governo:

- **Desenvolvimento do agronegócio, pescas e turismo** são os setores com maior potencial para apoiar a transformação económica do país a curto e médio prazo, através de investimentos em adição de valor e de aumento de qualidade, destinadas aos mercados de exportação. Esta é uma base fundamental para o desenvolvimento económico e social do país. Existem importantes oportunidades a colher na transição da subsistência para a produção empresarial de produtos agrícolas, pecuários e de pesca (secção 4 do Programa do Governo).
- **A tecnologia sempre foi o principal motor do desenvolvimento.** Por isso, o aproveitamento da tecnologia é uma grande promessa para setores-chave no desenvolvimento a longo prazo de Timor-Leste, incluindo o turismo e o comércio, bem como para a modernização do Estado e melhoria da prestação de serviços por instituições públicas.
- **Uma mão de obra devidamente qualificada é uma condição necessária para um desenvolvimento económico sustentável,** impulsiona a melhoria da qualidade dos produtos e o crescimento da produtividade, estimula o empreendedorismo, e assim por diante. Por conseguinte, continuaremos a melhorar a qualidade da educação e da formação profissional, garantindo a igualdade de acesso de toda a população timorense a todas as áreas da educação (secção 2.1 do Programa do Governo).
- **Vamos revitalizar a promoção da indústria como uma das forças motrizes por detrás do desenvolvimento económico nacional** (Secção 4.5 do Programa do Governo). O parque industrial planeado de Timor-Leste destina-se a servir os setores de logística e armazenagem, devido à sua posição única nos principais corredores económicos. Apoiaremos sectores complementares com base na sua capacidade de servir os objetivos subjacentes ao parque industrial, como o acréscimo de valor e a diversificação económica, que, por sua vez, devem estar alinhados com uma estratégia económica e industrial mais alargada.

## CONCLUSÃO

Não obstante todos os desafios criados pelas múltiplas crises, as pessoas não morreram em Timor-Leste devido à COVID-19 porque a intervenção do Governo continua a proteger as necessidades básicas de todos os cidadãos e famílias, uma vez que esta é a base da nossa economia para o futuro.

## Apêndice

CÓDIGO	ÁREA POLÍTICA / ESTRATÉGIA	A: ORÇAMENTO ORIGINAL	B: ORÇAMENTO REVISTO	C: TOTAL GASTO	D: SALDO (B-C)	EXECUTADO (C÷B)
	<b>1 Conectividade de transportes</b>					
	1.1 Subsidiar 3 voos semanais da Dili-Darwin (MTC)	\$585.009	\$1.813.609	\$1.514.836	\$298.773	83.53%
5080601	1.2 Subsidiar o transporte marítimo de mercadorias Dili-Atauro-Oe-cússi (2 viagens/mês: MTC)	\$90.000	\$0	\$0	\$0	0%
	<b>2 Distribuição de bens de primeira necessidade</b>					
5890103	2.1 Garantir o fornecimento de arroz de emergência suficiente e uma distribuição segura de aproximadamente 19.000 TM (CLN)	\$18.216.815	\$16.962.500	\$16.500.000	\$462.500	97.27%
	2.2 Apoiar o transporte de carga 24 horas do porto para o armazém (MTC)	\$180.000	\$0	\$0	\$0	0%
5740501	2.3 Garantir a produção através da aquisição de fatores de produção agrícolas e de pesca (fertilizantes, sementes, etc.) (MAP)	\$4.952.522	\$4.952.522	\$2.198.290	\$2.754.232	44.39%
	<b>3 Telecomunicações</b>					
	3.1 Compra de pacotes de SMS para apoiar créditos de eletricidade, transferências de dinheiro e outras comunicações	\$0	\$0	\$0	\$0	0%
	3.2 Disponibilizar ligações subsidiadas à Internet para 67.500 estudantes e professores do ensino superior e 165.000 estudantes do ensino secundário (MTC)	\$600.000	\$0	\$0	\$0	0%
	3.3 Implementar um sistema de alertas para rastrear casos conhecidos do COVID-19 (MTC)	\$260.000	\$0	\$0	\$0	0%
	<b>4 Serviços de utilidade Pública</b>				\$0	
	4.1 Fornecer US\$ 15 de eletricidade gratuita por mês a cerca de 160.555 famílias com contadores pré-pagos (MOP)	\$7.686.675	\$0	\$0	\$0	0%
	4.2 Fornecer água gratuita a todas as famílias (MOP)	\$262.680	\$0	\$0	\$0	0%
	<b>5 Crédito (BNTL)</b>					
	5.1 Implementar um programa de renegociação de prazos de créditos para empréstimos pessoais e empresariais em todo o setor bancário	\$8.182.500	\$0	\$0	\$0	0%
	5.2 Implementar linhas de crédito de emergência	\$3.000.000	\$0	\$0	\$0	0%
	5.3 Implementar um mecanismo de garantia para importadores de bens essenciais	\$5.000.000	\$0	\$0	\$0	0%
	5.4 Fornecer apoio de liquidez a curto prazo	\$3.500.000	\$0	\$0	\$0	0%
	<b>6 Apoio Direto</b>					
5080505	6.1 Fazer um pagamento em dinheiro no valor de \$200 a cada agregado familiar (MSSI)	\$15.000.000	\$66.856.800	\$66.527.692	\$329.108	99.51%
	6.2 Planear e implementar pagamentos de subsídios salariais a cerca de 30.000 assalariados, cobrindo 60% dos seus salários (MSSI)	\$14.688.000	\$0	\$0	\$0	0%
	6.3 Isentar o pagamento de contribuição de segurança social para trabalhadores e empregadores (30.000 trabalhadores)	\$2.448.000	\$0	\$0	\$0	0%
	6.4 Isentar os pagamentos de renda de propriedades do estado para 4.057 inquilinos (MJ)	\$1.217.100	\$0	\$0	\$0	0%
5080504	6.5 Apoiar os estudantes timorenses no estrangeiro, com subsídio para despesas de subsistência (3.488 estudantes) (MNEC)	\$2.404.850	\$3.233.696	1,343,100	\$1.890.596	41.53%
	<b>TOTAL</b>	<b>\$88.274.151</b>	<b>\$91.716.636</b>	<b>\$81.031.234</b>	<b>\$10.685.402</b>	<b>88.35%</b>

Nota: algumas despesas, por exemplo a estratégia 1.1. cobre os custos gerais de outras estratégias (2.2. e 1.2). O Total Gasto refere-se à soma dos valores reais, compromissos e obrigações, de acordo com os registos no relatório *Freebalance*. O Orçamento revisto refere-se a ajustamentos feitos pelo Ministério das Finanças, refletindo o montante atribuído.